

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: processo formativo de professores

Mara Rykelma da Costa Silva¹
Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida²

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma investigação sobre formação de professores indígenas que ensinam matemática em comunidades indígenas acreanas. As considerações apresentadas se restringem a aspectos histórico-legais, abrangência de ações formativas no estado do Acre e discussão teórico-metodológica que sustentam a pesquisa. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura que considerou documentos como dispositivos legais, relatórios oficiais, produções científicas e ensaios teóricos sobre a temática. Numa perspectiva teórica, busca respaldo em Geertz (1978), ao tratar aspectos culturais, e Grupioni (2006), quanto a formação de professores indígenas. Como resultados, aponta características e especificidades do modelo educacional e abrangência de atividades formativas desses professores no estado do Acre.

Palavras-chave: Formação de professores indígenas; Atividades formativas; Educação indígena.

INDIGENOUS EDUCATION SCHOLARSHIP: formative tactics of the teachers

ABSTRACT

This work aims to investigate about indigenous teachers formative processes. Specially about math education in Acre state. The aforementioned considerations focus on historical development and legal aspects, including formative actions in Acre state and discussions about theoretical methodologies that support the research. To achieve these goals it was necessary to carry out a literature review based on documents as legal provisions, official reports, scientific productions, and theoretical essays according to the thematic. In addition, the theoretical perspective is supported by Geertz (1978), when it comes to cultural aspects, and Grupioni (2006), when the subject is indigenous formative aspects. The result points to characteristics and specificities of the educational model, and also covers the formative activities for teachers in Acre state.

Keywords: Indigenous formative process; Formative activities; Indigenous education.

EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA: proceso de formación de profesores

RESUMEN

Este trabajo es una investigación sobre la formación de profesores indígenas que enseñan matemáticas en comunidades indígenas de Acre. Las consideraciones presentadas se restringen a los aspectos histórico-jurídicos, alcance de las acciones de formación en el estado de Acre y discusión teórico-metodológica que sustentan la investigación. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica que consideró documentos como disposiciones legales, informes oficiales, producciones científicas y ensayos teóricos sobre el tema. Desde una perspectiva teórica, busca apoyo en Geertz (1978), al tratar los aspectos culturales, y Grupioni (2006), en cuanto a la formación de maestros indígenas. Como resultado, señala características y especificidades del modelo educativo y el alcance de las actividades de formación de profesores en el estado de Acre.

Palabras clave: Formación de maestros indígenas; actividades de formación; Educación indígenas.

¹ Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual do Amazonas (REAMEC/UEA) Professora do Instituto Federal do Acre (IFAC). Rio Branco-AC, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2798-1534>. E-mail: mara.silva@ifac.edu.br.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professora do Programa de Pós-Graduação da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática e da Universidade de Cuiabá (UNIC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3973-7408>. E-mail: lauraisabelvasc@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Recentes estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância do Brasil - UNICEF apontaram mais de 6 milhões de alunos em distorção idade-série no país em 2019. Índices mais elevados na região Norte no país, que amarga o índice de 29% de seus alunos em distorção idade-série. Valores intensificados quando se trata de populações específicas, como as comunidades indígenas, chegando ao valor de 40,2%, justificando a relevância de estudos voltados para temáticas interligadas a populações historicamente segregadas, como os povos originários da Amazônia.

O interesse pela temática se justifica frente à vivência como professora formadora do componente curricular Educação Matemática do XI Curso de Formação de Professores Indígenas, realizado em 2014, no município de Plácido de Castro, interior do Acre, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com órgãos não governamentais, como a Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC.

Segundo o relatório de atividades da formação, o curso constituiu-se numa oferta de formação inicial destinada a pouco mais de 300 professores indígenas que atuam na Educação Escolar Indígenas no estado do Acre, lecionam em escolas de suas próprias comunidades e compuseram uma diversidade étnica de 12 grupos distintos.

O momento oportunizou, na condição de professora, o desenvolvimento de um componente curricular intitulado Educação Matemática, junto a uma turma de 21 professores indígenas do povo Huni Kuin. Vivência que produziu inquietações e despertou o interesse em investigar a formação de professores indígenas que ensinam matemática em comunidades acreanas, preocupando-se com questões como: quais as características da Educação Escolar Indígena? Como esse modelo educacional vem se estabelecendo no país? Qual a abrangência do modelo no estado do Acre?

Diante das inquietações e na busca por respostas, propôs-se uma pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática/PPGECM da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática/REAMEC, objetivando investigar o processo formativo de professores indígenas que ensinam matemática em comunidades indígenas acreanas a partir do olhar do professor indígena. Pesquisa, hoje em fase inicial, através da qual propomos a seguinte revisão de literatura e tecemos observações ora preliminares.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Dado o caráter inicial da pesquisa, neste estudo, apresentamos uma revisão de literatura, tecendo considerações que quanto ao modelo Educação Escolar Indígena brasileiro no que tangem aspectos histórico-legais; a formação de professores indígenas no que se refere à abrangência e à oferta de programas formativos que ocorreram no estado do Acre com autuação direta da Secretaria Estadual de Educação do Acre.

Para Prodanov e Freitas (2013), trabalhos de natureza investigativa, como a revisão de literatura, permitem ao pesquisador identificar principais aspectos considerados, bem como, lacunas existentes na literatura acerca de um campo de estudos.

Nessa perspectiva, a revisão considera legislações gerais e específicas que tratam sobre a Educação Escolar Indígena, produções científicas e estudos teóricos de pesquisadores tomados como referência nacional neste campo de estudos, além dos documentos oficiais em âmbito estadual, como relatórios e demonstrativos de ações pedagógicas de cursos de formação de professores indígenas desenvolvidos no Acre conduzidos pela Secretaria Estadual de Educação do estado. Os resultados dessas análises serão apresentados nas seções a seguir.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: perspectivas histórico-legais

Historicamente, as primeiras instituições escolares foram introduzidas no Brasil a partir de 1500 com a chegada das primeiras expedições portuguesas ao território nacional. Momento marcado por um choque entre diferentes culturas de distintas sociedades, prevalecendo a negação do outro enquanto indivíduo dotado de valores, crenças, costumes e saberes próprios.

É preciso esclarecer qual o sentido que assumimos aqui para cultura. Conceito complexo, proposto por vários antropólogos ao longo dos anos. Nesta perspectiva, trazemos Geertz, que trata o termo a partir de uma visão interpretativa, segundo o autor, cultura seria a condição de existência dos seres humanos como produto de suas próprias ações desenvolvidas num processo contínuo e da mediação de relações entre indivíduos, ocorrendo a produção de significados dessas ações, assim, “o homem é um animal amarrado em teias

de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1978, p. 15). Tal olhar nos permite compreender cultura a partir de diferentes realidades, como realidades de sociedades indígenas.

Quanto ao choque cultural como fruto de contatos interétnicos, definições propostas pela Antropologia Social, como a de Neves (2016), merecem ser consideradas. Para o autor, “O conceito de dominação cultural aplica-se a situações de imposição e opressão”. Dominação recorrente em diversos episódios da história do Brasil.

Com relação a introdução de escolas em comunidades indígenas, documentos como Cadernos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade apontam que essa introdução ocorre no período de colonização do país, contudo sob uma perspectiva integracionista que perdurou até o final dos anos 80.

Todavia, somente no Período Republicano, o Estado começa a sistematizar uma política indigenista. Órgãos governamentais de funções assistencialistas são criados, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), extinto em 1967, delegando atribuições à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Considerada uma ação protecionista e assistencial à indígenas, a educação escolar passa a ser “posta como fundamental para a sobrevivência física dos índios e inclui não só o ensino da leitura e da escrita, mas também de outros conhecimentos como higiene, saneamento, estudos sociais, aritmética, ensinamentos práticos de técnicas agrícolas, marcenaria, mecânica e costura” (BRASIL, 2007, p. 13).

Durante o Regime Militar, no final dos anos 70, surgem organizações não governamentais em defesa de causas indígenas e a Igreja Católica assume uma linha de defesa dos direitos humanos e de grupos minoritários como indígenas. Para Mandulão (2006, p. 220), manifestações do movimento indígena no Brasil têm um papel fundamental no desenvolvimento de políticas governamentais para essas populações indígenas.

Num contexto local, no Acre, a construção de modelo educacional escolar específico para povos indígenas também experienciou a atuação de entidades não governamentais. Pesquisadores como Matos e Monte (2006, p. 83) apontam a “Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre) como uma das instituições pioneiras na formação inicial de docentes indígenas”, instituição que, inclusive, seria a responsável pelo primeiro programa de formação de professores indígenas implantado no Brasil, ação que contribuíra com a formação de indígenas de boa parte da Amazônia Ocidental brasileira.

Considerando o cenário político-legal, a Educação Escolar Indígena (EEI) no Brasil está legalmente amparada por uma série de legislações. A exemplo, a Constituição Federal Brasileira de 1988, assegura a essas comunidades uma educação escolar diferenciada ao prever a garantia de utilização de línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem pelas comunidades indígenas no § 2º do Art. 210 e o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições de comunidades indígenas, além do reconhecimento aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam no At. 231 (BRASIL, 2022).

Além desse dispositivo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/96, ratifica, em seu Art. 78, o direito a uma educação escolar diferenciada ao prever o desenvolvimento de “programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas” (BRASIL, 1996). O mesmo artigo, aponta como objetivos, proporcionar aos indígenas e as suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, além de garantir a estes povos o acesso às informações, aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional. Para Grupioni (2006, p. 58), “esses dispositivos abriram a possibilidade para que a escola indígena se constitua num instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas”.

Nos anos seguintes, surge uma série de documentos que buscam regulamentar a Educação Escolar Indígena no país, subsidiando a estrutura e o funcionamento de espaços escolares, a elaboração de currículos específicos e a construção de materiais específicos, norteando processos formativos de professores indígenas, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena (RCNEI), de 1998, e a Resolução CEB nº 3, de 10 novembro de 1999, que fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, entre outras providências.

Tais regulamentações trazem as escolas indígenas novos significados e ampliam a responsabilidade do professor que atua nesses espaços. Logo, parece natural perguntarmos: Quem são os professores que atuam nessas escolas? Quais as formações ofertadas a esses profissionais? Questionamentos que buscamos discutir neste estudo.

A Resolução nº. 3 de 10 novembro de 1999 da Câmara de Educação Básica de Brasil (1999), define que a formação de professores para atuarem em escolas indígenas, deve ser ofertada prioritariamente a indígenas. Quanto ao processo formativo desses professores,

as Referências para a Formação de Professores Indígenas de Brasil (2002, p. 33) apontam que as propostas de formação de professores indígenas exigem particularidades em sua elaboração e desenvolvimento, de maneira que possa identificar e atender demandas presentes em relações entre o Estado e os povos indígenas.

Reconhecendo essas necessidades, a Portaria Interministerial nº 559/91 transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a competência no tratamento de questões ligadas à educação indígena para o Ministério da Educação, criando coordenações como a Coordenação Nacional da Educação Escolar Indígena, hoje Coordenação Geral da Educação Escolar Indígena, com responsabilidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da educação indígena no país.

O Decreto Presidencial nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, por sua vez atribui às secretarias de educação de estados e municípios a coordenação de ações referentes à Educação Indígena. A Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 de Brasil (1999), além de fixar diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas aponta em seu Art. 9, inciso II alínea e) que compete aos estados promover a formação inicial e continuada de professores indígenas. O inciso seguinte, define ainda competências aos Conselhos Estaduais de Educação frente ao processo, pontuando que cabe a estes órgãos a criação e a regulamentação de cursos de formação desses profissionais.

Frente a questão, podemos pontuar que o poder público encontra um desafio ao formar professores indígenas, considerando responsabilidade políticas, sociais, culturais e pedagógicas demandadas a essas formações. Desafio que reforça a relevância de pesquisas que se proponham a investigar a formação de professores indígenas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ACRE

No Acre, a implantação e o desenvolvimento de programas próprios de formação de professores indígenas vêm ocorrendo desde 1983, contudo a atuação direta por parte do governo estadual e apontada a partir de 1999, segundo o Demonstrativo de Atividades Pedagógicas da Secretaria Estadual de Educação-SEE de Acre (2014a), entretanto restrita a discussões visando a implantação de um programa próprio de Formação em Magistério

Indígena que atendesse demandas formativas de professores indígenas no estado. A seguir, apresentamos as atividades pontuadas no demonstrativo.

Segundo o documento, a primeira oferta ocorre em julho de 2000, quando iniciado o I Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena no estado, com carga horária total de 311h, coordenado pela SEE/AC em parceria com a CPI/AC, contemplando 75 professores, desenvolvido de forma concomitante nos municípios acreanos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, abordando os conhecimentos de áreas como Matemática, Linguística, História e Fundamentos da Educação Indígenas.

No ano seguinte, em 04 de junho, é iniciado o II Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena, com carga horária total um pouco reduzida, agora 301h, coordenado pela mesma parceria do anterior, tendo contemplado um quantitativo de 96 professores, desenvolvido de forma concomitante nos municípios acreanos de Cruzeiro do Sul e Plácido de Castro, abordando conhecimentos de Matemática, Língua Indígena, Língua Portuguesa, História, Pedagogia e Geografia.

Em 2002, organizado em três momentos, inicia-se o III Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena no Acre, a mesma parceria é mantida na coordenação, agora contemplando 90 professores indígenas, com carga horária total de 264h, desenvolvido na cidade de Plácido de Castro/AC, abordando temáticas relacionadas à Língua Indígena, Matemática, Geografia, Língua Portuguesa e Ciências.

O IV Curso de Formação de Professores acontece em junho de 2003, agora coordenado apenas pela SEE/AC, contou com uma carga horária total de 264h, contemplou 96 professores, desenvolvido no município de Plácido de Castro/AC, abordando conteúdos voltados para Língua Indígena, Artes, Educação Física, Português e Ciências.

De outubro a novembro de 2004, foi desenvolvido o V Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena, coordenado pela SEE/AC, contemplando 151 professores indígenas, com carga horária total de 264h, desenvolvido novamente em Plácido de Castro/AC, tratando de conhecimentos voltados para Legislação Indígena, Iniciação à Pesquisa, Matemática, Fundamentos da Educação e Ciências.

A oferta do VI Curso de Formação ocorre em 2005, coordenado pela SEE/AC, com carga horária total de 412h, contribuindo com a formação de 137 professores, desenvolvido nos municípios de Plácido de Castro e Feijó, no interior do Acre, abordando conteúdos como Fundamentos da Educação, Língua Indígena, História e Ciências.

No ano seguinte, em 11 de maio, inicia o VII Curso de Formação de Professores indígenas, coordenado pela SEE/AC, com carga horária total de 264h, 164 participantes, desenvolvido em Plácido de Castro, no interior do estado, tratando de temáticas como Fundamentos da Educação, Língua Indígena, História e Ciências.

A oferta do VIII Curso de Formação de Professores Indígenas acontece apenas em 2008, coordenado pela SEE/AC, com carga horária total de 396h, envolvendo 249 professores, desenvolvido no município de Plácido de Castro/AC, com abordagem de conteúdos voltados para Língua Indígena, Iniciação à pesquisa, História, Biologia, Química, Geografia, Matemática e Língua Portuguesa, dentre outras temáticas.

Dois anos depois, em 2010, é realizado o IX Curso de Formação de Professores Indígenas, sob mesma coordenação da oferta anterior, com carga horária total 391h, contempla 249 professores, com sede no município de Plácido de Castro, abordando temáticas como Língua Indígena, Fundamentos da Pesquisa, Educação Inclusiva, Saúde e Meio Ambiente, Química, Física, Matemática, Políticas para a EEI, dentre outros temas.

Além desses nove cursos de formação, o demonstrativo aponta ainda a oferta de um curso específico de matemática em 2006, que ocorre nos municípios de Rio Branco e Tarauacá, tendo 88h como carga horária total, contemplando 14 professores indígenas.

As informações sobre o XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena são apontadas em relatório específico do curso. Segundo Acre (2014b), essa formação ocorre em 2014, quatro anos após a última oferta, com carga horária total de 352h, contemplando 341 professores indígenas, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação, novamente sediado em Plácido de Castro/AC, organizado em três módulos de estudo em que se discutiram temas relacionados a Autonomia Indígena, Educação Matemática e História da Escola Indígena. Atividade que oportunizou vivências junto a uma turma com 21 professores indígenas do povo Huni Kuin, como professora formadora, impulsionando investigações como algumas das tratadas neste artigo.

Finalizando a discussão, podemos afirmar que a formação de professores indígenas hoje constitui-se mais que uma política educacional. Ela apresenta-se como um instrumento em defesa da garantia de direitos conquistados por populações indígenas ao longo da história da nação. Direitos que permitem ao indígena, ser indígena e, nessa condição, respeitado como tal.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Secretaria Estadual de Educação. Coordenação de Educação Escolar indígena. **Demonstrativo das atividades pedagógicas em Cursos de Formação Intercultural, Diferenciada e Bilingue de Professores Indígenas.** Rio Branco: AC, 2014a.
- ACRE. Secretaria Estadual de Educação. Coordenação de Educação Escolar indígena. **Relatório do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena.** Rio Branco: AC, 2014b.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. 58ª ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20122.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB nº. 3** de 10 de novembro de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencias para a formação de professores indígenas.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Caderno Secad n.3.** Brasília: MEC, 2007.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume8_formacao_de_professores_indigenas_repensando_trajetorias.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.
- MANDULÃO, F. S. A Educação na visão do professor indígena. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em:



http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume8_formacao_de_professores_indigenas_repensando_trajetorias.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

MATOS, K. G.; MONTE, N. L. O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil. *In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume8_formacao_de_professores_indigenas_repensando_trajetorias.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

NEVES, Z. Contribuição interdisciplinar em Ciências Humanas. Primeiras notas. **Labor e Engenho**. Campinas: SP, v. 10, n. 1, p. 46–59, 2016. DOI:

10.20396/lobore.v10i1.8643172. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8643172>. Acesso em: 7 jun. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.